

CAPÍTULO 3

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL



PDI

PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

JULHO 2020 - DEZEMBRO 2024

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

3.1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Diante dos contínuos e rápidos avanços que ocorrem na sociedade atual, a educação que nos inspira é aquela que tem como objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de sujeitos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente aos desafios do mundo contemporâneo, referenciados em valores e atitudes éticas para conviver em democracia. E que, no domínio dos conhecimentos acadêmicos, estejam habilitados a considerar interesses sociais, ambientais e econômicos.

Na sociedade contemporânea, o modelo de produção exige que se pense numa educação voltada ao desenvolvimento das habilidades e ao atendimento das exigências do mundo do trabalho. Portanto, o Instituto Federal Sul-rio-grandense assume o compromisso de empreender esforço coletivo para vencer as barreiras que inviabilizam a construção de uma escola pública comprometida com a sociedade e com a formação geral do educando. Neste sentido o modelo priorizado de formação visa a uma combinação do ensino de ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica.

Sabe-se que não cabe apenas à educação toda a tarefa da transformação da sociedade. Entretanto, ela se torna um fator importante, que pode ajudar na reinvenção de uma nova relação social, na qual discursos diferentes não impedem o diálogo. Assim, os princípios, fundamentos e concepções, coletivamente debatidos, balizarão as diretrizes administrativas e educacionais, para todas as modalidades e níveis de ensino no Instituto Federal Sul-rio-grandense.

Ao assumir como função social a formação do ser humano crítico, que valoriza a ética, a dignidade, as diferenças individuais e socioculturais, mediante educação humano-científico-tecnológica, ofertará, como oportunidades educacionais:

- Educação profissional técnica de nível médio;
- Educação profissional de nível superior;
- Formação inicial e continuada de trabalhadores;
- Formação de professores; e
- Pós-graduação.

O Projeto Pedagógico do Instituto Federal Sul-rio-grandense assume como compromisso:

- formar um cidadão crítico, responsável, ciente de seus direitos e deveres e de seu papel histórico na sociedade;
- colaborar na construção de uma sociedade justa e democrática, com uma distribuição equilibrada dos bens materiais e culturais;
- compartilhar o conhecimento construído historicamente pelos homens, criando-o e recriando-o de modo a adequá-lo às novas realidades sociais;

- utilizar o trabalho como princípio educativo, isto é, fazer com que as atividades que permitem ao ser humano manter-se e desenvolver-se como indivíduo e como membro de uma coletividade sejam as norteadoras de sua formação educacional.

Essas considerações devem nortear a reflexão acerca das conexões entre o discurso e as práticas que se desenvolvem no Instituto Federal Sul-rio-grandense e também sobre a concepção de nossa função social como escola pública profissionalizante, os seus objetivos educacionais e a sua relação com a sociedade.

Portanto, o desafio a ser enfrentado é o de se comprometer com o processo educativo, com o desenvolvimento do indivíduo em todas as suas dimensões, para que ele tenha capacidade de viabilizar caminhos coletivos que revertam a imensa exclusão social produzida pelas mudanças nos processos produtivos.

O Instituto, nessa perspectiva, precisa ser um espaço no qual devemos formar indivíduos que venham a interferir como sujeitos da história. Essa instituição precisa incentivar o desenvolvimento de práticas pedagógicas emancipatórias, que proponham uma reflexão crítica da história e da cultura, desmistificando o senso comum.

Torna-se necessário procurar entender as mediações que acontecem nas instituições de ensino, refletir sobre a prática docente, sobre as atividades diárias, sobre as forças culturais, econômicas e políticas que moldam a sociedade, para perceber a interação entre o sistema escolar, seus currículos e as relações sociais.

De forma ainda mais efetiva, precisamos referenciar nossa prática no nosso próprio discurso. Por exemplo, refletir o que significa para cada um de nós a afirmação, tantas vezes repetida, de que devemos “formar um cidadão crítico, reflexivo, autônomo, ciente de seus direitos e deveres, capacitado para participar da construção de uma sociedade mais igualitária”. Se esse é realmente o propósito de todos os que repetem tal discurso, é preciso transpô-lo para as relações concretas de nossa prática educativa.

Percebe-se que as discussões sobre as relações entre a formação escolar e o poder, que detêm aqueles que dominam o conhecimento, são pouco frequentes no ambiente escolar. E, quando provocadas, sofrem uma forte resistência por parte dos que não percebem outra concepção de educação escolarizada que não seja aquela que vivenciaram ao longo de sua experiência, seja como aluno, seja como professor. Nesta conjuntura, a escola tem um papel significativo na difícil tarefa de construir uma sociedade embasada em novos valores.

Como forma de viabilizar essa nova sociedade, é preciso resgatar o homem em seus espaços e em suas relações com o mundo, possibilitando que, em sua formação, o indivíduo tenha acesso a toda fundamentação teórica aliada à prática, que lhe possibilite a inserção no mundo do trabalho, permitindo “o entendimento crítico de como funciona e se constitui a sociedade humana em suas relações sociais e como funciona o mundo da natureza, da qual fazemos parte.” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, p.76)⁷

7. FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise (organizadores). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

Algumas análises feitas sobre os motivos que levaram a se empreender a reforma da Educação Profissional no Brasil no final da década de 1990 indicam que ela veio com o intuito de tornar as escolas mais ágeis, capazes de responder às novas necessidades do mercado de trabalho. A dinâmica da construção da sociedade atual está sendo determinada pelo atual modelo econômico que dita os valores éticos, morais e culturais centralizados na necessidade exagerada de consumo e na mercantilização da ciência e da tecnologia.

No entanto, as manifestações que se coletam junto à comunidade indicam o quanto as pessoas não concordam com as consequências produzidas por este modelo econômico-social e apontam para a importância do papel do Instituto Federal Sul-rio-grandense na construção de um novo modelo, o qual vislumbra um desenvolvimento que possa, ao menos, minimizar as diferenças geradas pelo modelo citado.

3.2 CURRÍCULO

3.2.1 Bases Legais do Currículo

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece os fundamentos e define a natureza da educação profissional. Complementam-na leis, pareceres, decretos, resoluções e portarias que compõem as bases legais que darão sustentação aos currículos das diversas modalidades de ensino do Instituto Federal Sul-rio-grandense.

3.2.2 A construção curricular

A construção curricular no Instituto Federal Sul-rio-grandense, seguindo a filosofia estabelecida para orientar suas ações, toma o trabalho como princípio educativo para articular o plano social, econômico, cultural, humano e concebe o sujeito como ser histórico-social, capaz de transformar a realidade em que vive.

A construção do currículo como instrumento de compreensão crítica da realidade e como uma prática que contempla a indissociabilidade entre saber e fazer é extremamente complexa. Isso porque nela interferem comportamentos políticos, administrativos, econômicos, didáticos, que encobrem crenças e valores, colocando em conflito diferentes interesses.

Para implementar a construção curricular, é necessário procurar entender as mediações que acontecem na instituição, nas atividades diárias, nas forças culturais, econômicas e políticas que moldam a sociedade para perceber-se a interação entre o Instituto Federal Sul-rio-grandense, seus currículos e a sociedade.

Para muitos que trabalham em educação, discutir a construção do currículo é tarefa dos pedagogos e dos especialistas que teriam desenvolvido um conhecimento específico para formatá-lo, cabendo ao professor a sua execução.

Entretanto, quando estamos definindo o currículo, temos a oportunidade de concretizar a função da escola num momento histórico e social determinado, como uma das maneiras de ter acesso

ao conhecimento, não podendo o currículo esgotar seu significado em algo estático. Como nos diz Sacristan (1998)⁸, citando Grundy “O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas” (p.5).

O currículo precisa expressar o equilíbrio das forças e dos interesses das pessoas que formam a comunidade escolar para que através dele se realizem os fins da proposta educacional.

O desafio enfrentado é o de selecionar e organizar conhecimentos escolares que contemplem a formação geral e a formação profissional, baseada no processo histórico e ontológico da existência humana, cujo conhecimento científico é uma das dimensões.

3.3 AVALIAÇÃO

Pensar sobre as possibilidades de gestão de novas propostas pedagógicas para o Instituto Federal Sul-rio-grandense significa resgatar e trabalhar sobre o processo histórico vivido por seus atores, tanto nos seus aspectos de permanência como em seus aspectos de mudanças políticas e pedagógicas.

Sabe-se que a avaliação se constitui em tema de constantes estudos e debates na área da educação, despertando discussões que ultrapassam os limites do espaço pedagógico.

Nos últimos anos, por exemplo, além de identificar resultados das aprendizagens dos alunos, a avaliação tornou-se importante instrumento para análise do desempenho de instituições e sistemas educacionais, como é o caso do SAEB, do ENEM e do ENADE. Nessa perspectiva, discutir avaliação educacional implica, também, analisar as práticas pedagógicas que são desenvolvidas no interior das salas de aula.

Entende-se que ensinar não se restringe a uma questão de transferir conhecimentos, mas de trabalhar modos de raciocinar, de pensar, de explicar e de compreender. Na mesma direção, entende-se que aprender não significa apenas acumular conteúdos, mas também modos de trabalhar o conhecimento, interiorizá-lo e integrá-lo à estrutura mental do aluno e ao seu contexto social. Por isso, a avaliação valorizada somente e/ou principalmente pelas suas características de objetividade e possibilidade de manipulação de dados é uma noção simplista e limitada, levando ao risco de relevar, em segundo plano, aspectos importantes do processo de ensinar e de aprender.

Concebe-se a avaliação como mais um elemento do processo de ensino aprendizagem, o qual nos permite conhecer o resultado de nossas ações didáticas e, por conseguinte, melhorá-las. Ela deve ser contínua, formativa e personalizada, contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos alunos e estimulá-los a continuar a aprender.

8. SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

A crença no esforço de cada professor desta Escola tem sido tomada como referencial importante pelo sucesso do estudante no processo educativo.

Nessa perspectiva, as manifestações de professores e estudantes sobre o tema da avaliação constituíram-se no principal referencial para a edificação do processo de avaliação das aprendizagens no Instituto Federal Sul-rio-grandense.

Citam-se algumas expressões manifestadas pela comunidade, sem considerá-las como as únicas expressões válidas nem como excluídas dos demais posicionamentos.

(...) entende-se avaliação educativa como uma atividade prática que visa à formação integral das pessoas que participam dos processos educativos (...) a avaliação educativa é, sobretudo, uma questão de ética, não só uma questão acadêmica, de técnica, de saber (...) os aspectos técnicos adquirem sentido precisamente quando são guiados por princípios éticos⁹.
Como meio de reflexão da ação educativa e para direcionar e realimentá-la;
Como meio de diagnosticar o processo de ensino e aprendizagem do aluno e do professor;
Desse modo, não deve ser restrita a um único mecanismo rígido, deve contemplar diferentes instrumentos que, aplicados nos momentos adequados, demonstrem a melhor forma de aprendizado¹⁰.

Outras declarações observaram que, no processo de avaliação,

(...) levam-se em consideração todos os aspectos: sócio-históricos, culturais, naturais, fazendo assim com que o aluno seja um agente de transformação (...) expresse o quantitativo e o qualitativo (...) consiga avaliar o aluno como um todo (...) seja coerente com a concepção de educação e o interesse do aluno (...) seja processual e metodológico¹¹.

Alguns docentes ressaltam a ideia de que a avaliação não deve se constituir em um processo “punitivo” ou “excludente”. Suas expressões sugerem várias perspectivas importantes, quando explicitam que a avaliação deve ser contínua/formativa/significativa, devendo respeitar o tempo de aprendizagem dos estudantes; reconhecer as experiências e os conhecimentos dos estudantes; reconhecer o erro como parte integrante do processo; flexibilizar os instrumentos; minimizar controle e seleção; focalizar processo e instrumentos que permitam observar, mais do que os resultados o próprio processo¹².

Deve ser clara e transparente para o aluno, considerando as peculiaridades individuais, promovendo a contextualização do conhecimento trabalhado e o desenvolvimento da autoconfiança do educando¹³.

Encontramos, também, expressões que referenciam o processo avaliativo na direção de uma perspectiva formativa do aluno, quando os professores manifestam que a avaliação precisa ser “voltada à valorização das aprendizagens significativas, às estratégias mentais do ato de aprender, da formação geral do aluno e dos processos criativos¹⁴.”

Percebemos que as expressões dos professores, suas inquietações e expectativas em relação ao processo de avaliação das aprendizagens dos seus alunos encontram guarida nos documentos legais, tais como: LDB/96; DCNEM/98; PCNEM/98 e, mais recentemente

9. Fragmentos de depoimentos de professores do Curso de Mecânica Industrial do Câmpus Pelotas.

10. Fragmentos de depoimentos de professores do Câmpus Charqueadas.

11. Fragmentos de depoimentos de professores da Coordenadoria de Ciências da Natureza (CINAT) do Câmpus Pelotas.

12. Fragmentos de depoimentos de professores docentes da Coordenadoria de Códigos e Linguagens (COLINC) do Câmpus Pelotas.

13. Fragmentos de depoimentos de professores do Câmpus Charqueadas.

14. Afirmção retirada das manifestações dos professores do Curso de Eletrônica do Câmpus Pelotas.

nos PCN+¹⁵ (Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) publicados em 2002).

Nesse sentido, está explicado nesse documento que:

(...) quando o professor deseja que cada um de seus alunos se desenvolva da melhor maneira e saiba expressar suas competências, avaliar é mais do que aferir resultados finais ou definir sucesso e fracasso, pois significa acompanhar o processo de aprendizagem e os progressos de cada aluno, percebendo dificuldades e procurando contorná-las superá-las continuamente. À medida que os conteúdos são desenvolvidos, o professor deve adaptar os procedimentos de avaliação do processo, acompanhando e valorizando todas as atividades dos alunos, como os trabalhos individuais, os trabalhos coletivos, a participação espontânea, o espírito de cooperação, e mesmo a pontualidade e a assiduidade. As avaliações realizadas em provas, trabalhos ou por outros instrumentos, no decorrer do semestre ou em seu final, individuais ou em grupos, são essenciais para obter um balanço periódico do aprendizado dos alunos, e também tem o sentido de administrar sua progressão. Elas não substituem as outras modalidades contínuas de avaliação, mas as complementam. (PCN+, p.136)

Portanto, pode-se concluir que qualquer modelo de avaliação adotado pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense para refletir o pensamento dos professores, neste momento, deve partir de uma reflexão crítica sobre a prática e traduzir-se em uma ação pedagógica que inclua a avaliação como um elemento constitutivo do processo didático de ensino-aprendizagem.

3.4 POLÍTICAS DE ENSINO

3.4.1 Políticas de ensino para educação básica

3.4.1.1 Educação Inicial e Continuada de Trabalhadores

O princípio da educação para trabalhadores é constituir a educação geral como parte inseparável da educação profissional, em todos os âmbitos em que se efetive a preparação para o trabalho. Porém, essa integração exige que a relação entre formação geral e específica seja construída continuamente, ao longo da educação do indivíduo, sob a égide do trabalho.

E esse, como princípio educativo, segundo Frigotto, Ramos e Ciavatta (2005)¹⁶, “tem o sentido de sobrepujar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de conjugar a dimensão intelectual com o trabalho produtivo e de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos” (p.85).

Para Gramsci, “o verdadeiro dirigente é aquele que sabe respeitar o seu subordinado, isto é, sabe direcionar o trabalho, mas, principalmente, leva em conta os direitos de seu empregado” (1986, p.54). Assim, a formação integrada relega a ideia do ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Para isso, é preciso ignorar o reducionismo da simples preparação para o mercado de trabalho e conceber a formação profissional como forma de entender e modificar a realidade, por intermédio de ação técnica, política e cultural.

15. Disponível no site <http://portal.mec.gov.br/seb/index>

16. Ver nota de rodapé 7

3.4.1.2 Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira presenciou a implementação de reformas educacionais que visavam atender as demandas do mercado globalizado.

As políticas educacionais adotadas, principalmente em nível federal, alteraram legislações anteriores, currículos e formas de avaliação, dissociando o ensino propedêutico do ensino profissionalizante, o que resultou em um modelo de educação profissional preocupada tão somente com a “preparação de força de trabalho para o mercado”, que passa a influenciar no que deve ser ensinado na escola profissionalizante por meio de sua organização curricular.

O modelo de educação profissional, implementado com o Decreto nº 2.208/97, aumentou o distanciamento dos egressos dessa modalidade de ensino da escola idealizada por Gramsci.

Escola única de cultura geral, humanística, formativa, que considere justamente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar de forma manual (técnica, industrialmente) e o da potencialidade do trabalho intelectual, que lhe possibilitasse um olhar crítico sobre a relação capital-trabalho. (1967, p.141)

Nessa perspectiva, o Decreto nº 5.154/04 resgata a possibilidade da “escola unitária”, e permite a unificação dos saberes propedêuticos e profissionalizantes, visando à formação de profissionais humana e tecnologicamente preparados para enfrentar os desafios de uma sociedade em constante transformação.

A educação profissional tem especial importância como meio para a construção da cidadania e para a inserção de jovens e adultos na

sociedade contemporânea, caracterizada pela dinamicidade e por constantes transformações técnicas. Para que ela desempenhe seu papel, não pode ser compreendida como um mero treinamento com vista à empregabilidade imediata. Deve ser encarada, independentemente da modalidade na qual seja desenvolvida, como meio para construir conhecimentos, adquirir competências que possibilitem interferir no processo produtivo, compreender as formas de produção e desenvolver habilidades que capacitem o trabalhador para o exercício da reflexão, da crítica, do estudo e da criatividade.

Partindo desse pressuposto, não é mais possível que se mantenham escolas pobres de conhecimento, distanciadas da realidade, reprodutoras das desigualdades sociais e historicamente dualistas na sua estrutura: separam o ensino propedêutico da formação profissional.

A partir dessa compreensão, o Instituto Federal Sul-rio-grandense, na proposição curricular da educação profissional técnica de nível médio, priorizará uma ação educativa que propicie a construção conjunta de conhecimentos técnico-científicos. Buscará, dessa forma, proporcionar educação profissional que permita ao egresso inserção no mundo do trabalho e/ou a continuidade de estudos, universalizando e tornando unitária a formação básica do cidadão, independentemente de sua origem socioeconômica.

3.4.2 Políticas para o ensino superior de Graduação, Pós-graduação e Pesquisa

3.4.2.1 Educação Profissional Tecnológica

Na trajetória educacional brasileira, vem persistindo a separação entre trabalho e educação, refletindo a divisão da sociedade em empregador (que sabe pensar) e empregado (que sabe fazer). Ao primeiro, reserva-se o ensino das humanidades e, ao outro, o treinamento.

Talvez essa dualidade, persistente no sistema educacional, tenha induzido à compreensão da educação superior desvinculada do mundo do trabalho, a ponto de considerarmos alguns cursos tradicionais como “acadêmicos”. No entanto, todos os cursos superiores são profissionalizantes.

Para o Instituto Federal Sul-rio-grandense, os cursos superiores de tecnologia representarão mais uma alternativa de profissionalização em nível superior e serão criados para responder à demanda por preparação, por formação especializada, por aprimoramento educacional e profissional, oferecidos em áreas, nas quais três anos de formação sejam suficientes para uma educação de qualidade.

A sua organização curricular estará voltada para a formação de profissionais capazes de desenvolver tarefas próprias e de apreender os processos tecnológicos, para atender a diversificação e a complexidade de uma determinada área. Enfocherà formação específica voltada para a gestão e para o desenvolvimento do mundo do trabalho. Apresentará estrutura acadêmica que propiciará, ao for-

mando, sólida formação científica voltada à compreensão teórico-prática das operações a executar em área determinada.

3.4.2.2 Cursos de Engenharias

A expansão da educação superior é, seguramente, um dos fatores relevantes para o crescimento da economia brasileira nas próximas décadas e a ampliação do acesso à educação superior de qualidade deve ser uma das prioridades para o processo de desenvolvimento nacional e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Ao ofertar ensino de Engenharia, o Instituto Federal Sul-rio-grandense visa contribuir na ampliação de oportunidade de acesso ao ensino superior, especialmente em turno noturno, oferecendo alternativas para reduzir os problemas da desigualdade das oportunidades de acesso e da qualidade do ensino.

Na construção dos cursos de engenharia no Instituto Federal Sul-rio-grandense serão priorizados, para a formação acadêmica, os valores democráticos como princípios fundamentais à educação, à produção de conhecimento, à ética, aos valores humanos consolidados em razão de ações que permitam uma integração efetiva entre o aluno e a sociedade, com expressiva quantidade de atividades laboratoriais.

O Projeto Pedagógico dos Cursos de Engenharias contemplará os seguintes aspectos:

- realização de programas interdisciplinares e de pesquisa que possibilitem o desenvolvimento de inovação e desenvolvimento científico-tecnológico;
- realização de estágios como vínculo entre a formação acadêmica e o desenvolvimento científico-tecnológico, com aplicação direta no mundo do trabalho;
- realização de atividades de extensão e adoção de medidas que tornem transparentes, à sociedade, as ações tomadas no âmbito do Curso e que permitam uma ausculta da sociedade em termos de suas necessidades e anseios.

3.4.2.3 Formação de Docente

Embora o ato de ensinar seja uma prática muito antiga, somos continuamente instigados a investigar de qual ou de quais conhecimentos se precisa ou como se deve agir para exercer o ofício de ensinar.

Inúmeras pesquisas têm investigado questões ligadas à formação de professores. Algumas indicam um repertório de conhecimentos e de ações que precisam ser assumidos pelos docentes, para se tornarem professores competentes. Outras tratam do professor-reflexivo, dos saberes do professor, do professor-pesquisador, bem como da transição de paradigmas, que contribuem para o arcabouço teórico de estudos sobre a caracterização do profissional professor. Dentre os autores destacam-se, entre outros: Kenneth Zeichner, Donald Schon, Maurice Tardif, Celma Pimenta, Maria Isabel

da Cunha, Ubiratan D'Abrósio, Boaventura de Sousa Santos, Paulo Freire e Lev Vygotsky.

Esses estudos têm fortalecido a importância de se repensar o processo de formação do professor. Ao investir na sua formação, alertam para que se atente na importância de não haver perda de conexão com as práticas pedagógicas cotidianas e compreender como estão sendo produzidas as representações e as determinações que o professor faz de sua própria prática.

Pensar na formação do professor, para atuar na Educação Profissional e Tecnológica, capaz de articular racionalidade científica e prática reflexiva leva, necessariamente, à compreensão do conhecimento historicamente construído e sistematizado, dentro de uma concepção que rompa com a lógica positivista – concebendo o conhecimento com dupla entrada – epistemológica e societal, sem a tradicional hierarquização entre conhecimento e saberes. Esses, empregnados da práxis cotidiana do mundo profissional com suas transformações e contradições, um processo de “aprendência” que requer contínuas interlocuções com a ciência e com a prática social, transferindo o foco do ensino para a aprendizagem.

Isso implica considerar o conhecimento contextualizado como categoria articuladora na análise dos processos de formação do professor, com sólida base científica e humanística para o exercício da cidadania, entendendo cidadania como expansão de direitos.

Nessa perspectiva, torna-se necessário desenhar um projeto de curso em contínuo movimento de flexibilização curricular com pers-

pectiva interdisciplinar, em que o currículo contemple uma relação pedagógico-dialógica, pensando o professor em sua perspectiva histórico-social, mantendo sólida base científica, formação crítica da cidadania, trazendo a ética e a solidariedade como valores fundantes na formação do professor. Isso requer uma transformação não só da formação inicial, como também da formação continuada de professores numa outra concepção de conhecimento, de ciência e de mundo, evidenciando que há um “movimento histórico” permanente de tensões entre o “vivido e o por viver”. Além disso, várias pesquisas estão desvelando as contingências e as necessidades de mudança, num tempo marcado pela incerteza e exigente de outras posturas epistemológicas, políticas e socioculturais.

3.4.2.4 Pós-graduação

O sistemático avanço do conhecimento humano no século XX, principalmente na área de tecnologia, trouxe, como resultado concreto, a permanente mudança nos processos de aquisição, de utilização e de construção de novos conhecimentos e técnicas.

A consolidação dos cursos de pós-graduação é fator preponderante no processo de produção do conhecimento, na qualificação do exercício das atividades da docência e na preparação de pesquisadores para desenvolverem novas técnicas e processos, a fim de atender os avanços do mundo do trabalho. Nesse sentido, a formação de pesquisadores se dá, fundamentalmente, em programas de pós-graduação; por outro lado, a constituição e consolidação de grupos de pesquisa é condição favorável à implantação da pós-graduação.

A oferta de cursos de pós-graduação tem sido realizada no Instituto Federal Sul-rio-grandense basicamente a partir dos cursos de especialização nas diversas áreas de conhecimento. A Instituição tem também ofertado cursos de Mestrado Profissional e pode-se verificar o potencial do IFSul para o desenvolvimento da pós-graduação stricto sensu com caráter profissional e eventualmente acadêmico, com foco no desenvolvimento de pesquisa voltada às demandas sociais e aos arranjos produtivos locais e regionais.

A Pós-graduação do IFSul tem se alinhado principalmente com o equacionamento de problemas concretos do mundo da produção e dos serviços, além da vinculação com a formação em nível de pós-graduação dos docentes vinculados à educação fundamental, média e técnica de nível médio.

3.4.3 Políticas de Ensino para Educação a Distância

Os significativos avanços na tecnologia de informação permeiam as mais variadas áreas do conhecimento. A educação não ficou fora desse contexto, implementando, em seu rol de ofertas de modalidades de ensino, a Educação a Distância.

Na legislação brasileira, com o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que define a educação a distância, observa-se que o conceito apresentado evolui, quando passa a ser utilizado como “educação a distância”, não mais como “ensino a distância”.

É fundamental não perder de vista que o papel primordial da tecnologia é servir ao homem. Desse modo, a educação tecnológica deve promover a integração entre tecnologia e humanismo, não no sentido de valorizar a rela-

ção educação/produção econômica, mas principalmente à formação integral do indivíduo. Educar o ser humano diante da sua crescente interação com a máquina implica encarar a tecnologia como um meio, e não um fim a ser alcançado. Ou seja, utilizar critérios de eficiência e eficácia na escola, importados da economia, não produzem resultados satisfatórios a médio prazo, pela incapacidade da escola em acompanhar a velocidade com que as transformações econômicas e sociais se realizam (CARDOSO, 1999, p.219-220)¹⁷.

Na contemporaneidade, verifica-se uma série de discussões que direcionam seu foco de atenção para o incremento de processos vinculados à Educação a Distância. A EAD¹⁸, como já se convencionou denominar, é amplamente defendida por uma grande parcela de pesquisadores e estudiosos, devido, principalmente, ao incremento tecnológico da área educacional.

O campo da educação a distância é polêmico e cheio de desafios. A inovação tecnológica de informação, por si só, não representa uma nova pedagogia, não vem substituir nem tirar a importância da pedagogia, dos docentes ou de sua formação. “A EAD necessita de proposta pedagógica diferente da educação presencial e, ao mesmo tempo, tem de ser igual, até mais exigente do que um curso desenvolvido face a face”. (OLIVEIRA, 2003, p.11)¹⁹.

A globalização dos processos de comunicação determina a abertura de um escopo abrangente de ferramentas que podem participar do processo de ensino-aprendizagem.

A rede mundial de computadores pode colaborar no encaminhamento de novas metodologias educacionais, assumindo o papel de elemento motivador e aglutinador de projetos inter e transdisciplinares na área de educação, uma ferramenta com capacidade de

ampliar e potencializar a relação entre conhecimentos de áreas diversas.

A importância da conectividade no desenvolvimento tecnológico contemporâneo tem sido analisada por diferentes prismas. Afinal, informação no computador é poder comercial, político, poder de mudar o mundo. Entretanto, o acesso à informação passa pela educação, e já se fala num tipo novo de analfabeto, aquele que não tem conhecimentos de informática. O impacto do computador na reformatação da sociedade é e será tão grande ou maior do que a Revolução Industrial, especialmente a partir da segunda fase, em meados do século XIX (CARDOSO, 1999, p.217)²⁰.

A Educação a Distância no Brasil recebeu um grande incentivo com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A UAB é formada pela parceria entre instituições de ensino superior que pretendem levar ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros que não têm oferta para atender aos cidadãos. O desafio, nos próximos anos, será elaborar uma política em educação que incorpore as tecnologias de informação como ferramenta, como uma estratégia

17. CARDOSO, Tereza Fachada Levy. Sociedade e desenvolvimento tecnológico: uma abordagem histórica, In: _____. Educação tecnológica – desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1999.

18. A sigla EAD é utilizada para delimitar a área da educação que se utiliza dos processos referentes à tecnologia da informação como uma ferramenta para otimização de processos de ensino-aprendizagem. Contudo, a EAD não determina, obrigatoriamente, a questão de o método ser presencial ou não.

19. OLIVEIRA, Elza Guimarães. **Educação a distância na transição paradigmática**. Campinas: Papirus, 2003.

20. Ver nota de rodapé 17

de transformação educacional, mediante projetos que possibilitem uma educação de qualidade para todos.

Na construção curricular da educação a distância, o Instituto Federal Sul-rio-grandense buscará referenciais que possam atender a espaços e tempos diferentes e que permitam implementar, na educação a distância, o que é essencial na educação presencial.

3.4.4 Políticas de inclusão e emancipação

3.4.4.1 Políticas de Inclusão Social e Emancipação

A implementação das políticas de inclusão social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense fundamenta-se na transformação dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que promoveu uma mudança estrutural em suas concepções e diretrizes. Assim, os Institutos Federais, enquanto agentes de implementação de políticas públicas, assumem o papel de desenvolver ações para a inclusão de segmentos sociais que, por diversas razões históricas encontram-se à margem dos processos de formação profissional, e, desta forma, reconhecer que a educação é um direito de todos e todas.

Constituem-se políticas inclusivas: o atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas, através de aquisição e desenvolvimento de Tecnologia Assistiva, as políticas de educação quilombola, as políticas de direitos humanos para inclusão de jovens e adultos, as políticas de gênero e diversidade sexual, as políticas inclusivas para educação no campo, a educação ambiental, a edu-

cação para a pesca e, ainda, a educação de apenados e de idosos. Dessa forma e em consonância com tais diretrizes, as referidas ações serão desenvolvidas conforme as necessidades internas e as realidades das comunidades locais e regionais de cada câmpus, contribuindo para a democratização do conhecimento.

No Brasil, a Constituição Federal estabelece a garantia de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Ainda, no seu art. 205, determina que a educação, como um direito de todos e dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Dessa forma o Instituto Federal Sul-rio-grandense, procurando atender ao que determina a Carta Constitucional, e ainda em observância aos documentos internacionais como a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975), a Conferência Internacional do Trabalho (1983), a Declaração de Manágua (1993), a Conferência de Jomtien (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão (2001), a Declaração de Caracas (2002), a Declaração de Sapporo (2002), entre muitas outras que propõem uma sociedade com mais equidade e sem estereótipos, igualitária, sem a dicotomia de normais e anormais, dos sem deficiência e os com deficiência, começa a romper definitivamente com o paradigma da exclusão, dando início a uma série de ações políticas, atos administrativos e didático-pedagógicos, objetivando atender este segmento historicamente excluído do ensino público e regular brasileiro.

É uma verdadeira adequação de padrões. Não basta apenas quebrar barreiras arquitetônicas e físicas das instituições, mas também priorizar uma mudança cultural e comportamental de todos os envolvidos no processo, capaz de compreender as reais necessidades: mudança de cultura dos seus professores e técnico-administrativos em educação e uma liderança eficiente e comprometida dos seus gestores, em todos os níveis e instâncias, para com as pessoas com necessidades educacionais específicas.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, sensibilizado com essa realidade, está comprometido a proporcionar uma Educação Inclusiva compreendendo-a como um conjunto de princípios e procedimentos implementados pela Gestão de cada Câmpus, adequando a sua realidade para que nenhum aluno seja excluído dos processos de ensino, pesquisa e extensão e, por consequência, do mundo do trabalho.

No que tange às pessoas com deficiência, elegeram-se inúmeras ações inseridas nas seis grandes áreas que contemplam a Lei de Acessibilidade:

- **Arquitetônica:** adequação e/ou reforma de estruturas já existentes e projetos de novas edificações que atendam e/ou cumpram às normas de acessibilidade;
- **Atitudinal:** através de informações sobre as potencialidades e habilidades de pessoas com deficiência e com exercícios de conscientização e sensibilização visando à eliminação de qualquer pré-conceito que traga em sua essência o desrespeito pelo outro;
- **Comunicacional:** abrangendo a adequação de códigos e sinais, páginas web da Instituição, dispositivos auxiliares, fôlderes e panfletos, adequados às pessoas com deficiência;
- **Metodológica:** priorizando a adequação de técnicas, teorias, abordagens e de metodologias promissoras que tragam benefícios a este segmento;
- **Instrumental:** com a adaptação de materiais, mobiliário, aparelhos, equipamentos, utensílios, e aquisição e desenvolvimento de Tecnologia Assistiva;
- **Programática:** apontando e eliminando barreiras, invisíveis ou não, presentes nas políticas, normas, portarias, leis e outros instrumentos afins.

Para prover e programar essas ações foi criado em cada um dos seus câmpus o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, responsável por desenvolver as ações de apoio aos estudantes e servidores que apresentem algum tipo de necessidade específica. Os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas têm como objetivos gerais: assessorar o Diretor-geral do Câmpus nas ações de apoio aos estudantes e servidores que apresentem algum tipo de necessidade específica; articular as atividades relativas à inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas, em todos os níveis e modalidades de ensino do IFSul, definindo prioridades e material pedagógico a ser utilizado; fomentar o desenvolvimento da cultura da “educação para convivência” com base na aceitação da diversidade e, principalmente, na

quebra de barreiras físicas, atitudinais, metodológicas, instrumentais, programáticas e comunicacionais nos câmpus do IFSul.

3.4.4.2 Tecnologia Assistiva

A Tecnologia Assistiva (TA) é fruto da aplicação de avanços tecnológicos em áreas já estabelecidas, tornando-se um mecanismo importante para essa parcela da população em qualquer faixa etária e em qualquer situação do cotidiano. Diz respeito à pesquisa, fabricação, uso de equipamentos, recursos ou estratégias utilizadas para potencializar as habilidades funcionais das pessoas com deficiência. É uma disciplina de domínio de profissionais de várias áreas do conhecimento, que interagem para restaurar a função humana.

O IFSul, ao implementar a Tecnologia Assistiva, agregará em sua estrutura de gestão a política e a administração de recursos desta tecnologia, com vistas a difundir essas ações, articulando-as junto ao ensino, à pesquisa e à extensão e sendo mais um instrumento para equiparação de oportunidades e promoção dos direitos humanos. Proporcionará à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle do ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade.

A TA deve ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento.

3.4.4.3 Educação das relações étnico-raciais

Com o objetivo de implementar as ações indicadas pela Lei nº 10.639/2003e pela Lei nº 11.645/2008, que incluem no currículo oficial da Rede de Ensino, em todos os níveis e modalidades, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”, bem como no atendimento à Resolução nº 1/2004 do Conselho Nacional de Educação e do Parecer CNE/CP3/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Africana, o IFSul consolidará, em cada um de seus Câmpus, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI. Os NEABIs articularão, também, ações que permitam desenvolver a temática da diversidade étnico-racial em todos os segmentos da Educação Profissional e Tecnológica, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, priorizando o respeito e a valorização da cultura do índio e do negro, considerados sujeitos de nossa História. A apropriação da temática étnico-racial, bem como seu desenvolvimento em todos os níveis de ensino, traz como objetivo aquilo que Munanga (2001)²¹ chama de resgate da memória coletiva, pois o resgate da memória e da história da comunidade negra interessa a todos, rompendo com uma história distorcida e uma educação eurocêntrica. O mesmo vale para os índios.

A educação das relações étnico-raciais, independente da ênfase direcionada às Lei nº 10.639/03 e 11.645/08, tende a alargar seu cam-

21. MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: **Superando o Racismo na Escola**. 2ª ed. Brasília, Ministério da Educação, 2001. p.7-12.

po de visão compreendendo-as como instrumentos de combate e de superação do racismo na sociedade brasileira. A Educação das relações étnico-raciais traz em seu bojo norteador a desconstrução e interpretação dos infindáveis silêncios recriados em torno do negro, do índio e suas respectivas culturas. Ao fazê-lo consegue-se perceber que a busca pela erradicação do racismo contempla a alteridade tão necessária entre os homens.

3.4.4.4 Políticas de Gênero e Diversidade

Com a finalidade de desenvolver ações referentes à identidade de gênero e orientação sexual, ao mesmo tempo que as situe entre as prioridades do Instituto e as contemple a partir das perspectivas da inclusão social e da cultura dos direitos humanos, a administração do IFSul incentivará a criação do Núcleo de Gênero e Diversidade – NUGED nos câmpus.

Os NUGEDs desenvolverão ações de implementação dos direitos da mulher, dos apenados, dos trabalhadores em situações de vulnerabilidade social e de todo um elenco que compõe o universo da Diversidade para a eliminação das discriminações, bem como a sua plena integração social, política, econômica e cultural. Irão incentivar o respeito às diferenças pessoais, bem como desenvolverão atividades que visem à formulação, coordenação e articulação de políticas públicas e a realização de diagnóstico da realidade regional onde os câmpus estão inseridos.

Caberá ao NUGED sugerir projetos em parcerias com Órgãos Públicos e privados, Entidades, Instituições, Prefeituras e Secretarias

de Governo; elaborar e implementar campanhas educativas e não discriminatórias de caráter regional; elaborar o planejamento de políticas de gênero e diversidade que contribuam na ação do Departamento de Apoio à Educação Inclusiva da PROEX.

3.4.5 Participação dos discentes em atividade de monitoria e tutoria

A monitoria é uma atividade acadêmica que visa oportunizar ao estudante experiência da vida acadêmica, por meio da participação em atividades de organização e desenvolvimento das disciplinas do curso.

O programa de tutoria acadêmica tem por finalidade acompanhar e orientar individualmente a vida acadêmica dos estudantes dos cursos do IFSul.

A monitoria e a tutoria acadêmica estão regulamentadas na Organização Didática, nos capítulos XXVIII e XXIX, respectivamente.

3.5 POLÍTICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO

A política da Pesquisa e Inovação do Instituto Federal Sul-rio-grandense alicerça-se em função de ações formuladas em conformidade com a potencialidade do seu corpo de servidores e discentes e das ações de fomento interno e externo. A Pesquisa e Inovação estão presentes em todos os níveis de ensino visando despertar a vocação científica e estimular a formação de novos pesquisado-

res. Tais ações são desenvolvidas por meio de projetos de pesquisa que abordam problemas regionais, sendo que muitas necessitam de respostas tecnológicas e também por meio de programas de pós-graduação em linhas de conhecimento que apresentam uma demanda significativa nas regiões de abrangência do IFSul.

Pode-se destacar que o objetivo principal das Políticas de Pesquisa e Inovação é definir as diretrizes de todas as ações em nível de pesquisa, inovação e pós-graduação para os câmpus do Instituto Federal Sul-rio-grandense. Isso envolve, principalmente, a capacitação docente, fomento à pesquisa em ações que envolvem recursos próprios do Instituto Federal Sul-rio-grandense ou de instituições de apoio à pesquisa, além da oferta de cursos de pós-graduação. Essas ações estão em sintonia com as demandas internas e com as demandas das comunidades locais e regionais, visando contribuir com o crescimento científico, econômico e social.

Entre as ações em desenvolvimento estão o fomento à pesquisa através de editais, fomento à participação em eventos científicos com apresentação de trabalhos, o cadastro de grupos de pesquisa, o registro de projetos de pesquisa, a divulgação científica e a consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

No que tange à inovação, a criação do NIT visou promover a proteção do conhecimento gerado no âmbito do IFSul e a sua transferência ao setor produtivo, contribuindo assim para o desenvolvimento cultural, tecnológico e social do país.

3.5.1 Participação discente

A participação discente em projetos de pesquisa vem aumentando consideravelmente nos últimos anos. Isto se deve ao forte incentivo proporcionado pelas bolsas de pesquisa, tanto através de recursos próprios do Instituto, quanto pelos recursos obtidos junto a órgãos de fomentos à pesquisa.

Na seleção dos projetos de pesquisa contemplados com bolsas são adotados critérios predefinidos e publicados juntamente ao Edital de Chamada para recebimento das propostas, garantindo a plena transparência do processo.

3.5.2 Participação do servidor

A participação dos servidores na pesquisa é resultado, entre outros aspectos, da sua capacitação. O Instituto vem valorizando e proporcionando a capacitação dos servidores com ações que compreendem a liberação parcial ou total de carga horária de trabalho, como também a concessão de bolsas de fomento.

Na seleção dos servidores contemplados com bolsas são adotados critérios predefinidos e publicados juntamente ao Edital de Chamada para recebimento das propostas, garantindo a plena transparência do processo.

3.6 POLÍTICA DE EXTENSÃO

3.6.1 Extensão e Trabalho

A extensão no Brasil, desde a sua criação, tem instituído a prática de ações voltadas para a comunidade externa. Desde as primeiras atividades de extensão, na forma de cursos e de prestação de serviços, no início do século XX, passando pela campanha de alfabetização e Reformas de Base no início dos anos 60, até a definição da atual perspectiva de extensão, no período de redemocratização pós-ditadura, o diálogo com a sociedade tem tentado cumprir um papel importante de construção democrática das instituições de ensino brasileiras.

As políticas públicas para a Educação têm apontado para que a Extensão estabeleça uma via de mão dupla com a sociedade que permita a integração entre os saberes acadêmico e popular, sempre com a intencionalidade de revitalização da relação ensino/pesquisa frente às demandas da maior parte da população. A Extensão deve ter seu compromisso maior com a superação da desigualdade e da exclusão social e assumir-se como agente importante de transformação social no Brasil, a partir da emancipação dos ditos excluídos. No tocante à formação discente, a interação com a sociedade ao longo do seu percurso formativo permite uma identificação com a realidade social e com os problemas que deverá enfrentar enquanto profissional, contribuindo com a formação ética e política dos estudantes.

Visto que a educação brasileira deve vincular-se à profissionalização e à prática social, o trabalho é um tema de importância na Extensão,

constituindo-se como princípio educativo nas ações do IFSul. Nesse sentido, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) define entre suas áreas temáticas o Trabalho e a Ciência e Tecnologia.

Embora a obrigatoriedade da Extensão na Educação Profissional e Tecnológica tenha se dado apenas a partir do estabelecimento dos Institutos Federais (2008), temos um histórico de longa data de interação com o mundo do trabalho. Assim, a política para Extensão criada para os Institutos Federais propõe o trabalho como um elemento central na relação entre instituição e sociedade, devendo contribuir na indução do desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e regionais.

Há, entretanto, um imperativo, que é a reorientação política na atuação extensionista dos Institutos Federais. A Educação Profissional no Brasil tem histórico de vinculação íntima com os interesses do mundo econômico, tendo passado durante décadas por abordagens assistencialistas, fortalecendo a concepção de educação estratificada por nível social. A criação da Rede de Institutos Federais propõe-se a trazer uma nova perspectiva, conforme discurso oficial, onde a educação precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Para tanto, a extensão - mesmo aquela voltada para o mercado de trabalho - deve ter como pauta o fortalecimento da classe trabalhadora e o incentivo às organizações alternativas do trabalho que vêm se desenvolvendo nas lacunas da economia do capital.

3.6.2 Políticas para a Extensão na dimensão do Trabalho

Uma das atividades de extensão que tem sido desenvolvida ao longo dos últimos anos na nossa instituição é a aproximação com o mercado de trabalho, seja através de visitas gerenciais, visitas técnicas ou mesmo das atividades de estágios.

Segundo a política de Extensão da Rede de Institutos Federais, os projetos pedagógicos, na medida em que visam à formação humana integral, devem levar em conta a preparação do educando para a inserção profissional cidadã, o que amplia a relação instituição-sociedade para além do mercado de trabalho e em direção ao mundo do trabalho. O estágio, quando visto pela ótica da extensão, deve, então, levar em conta que a educação não é produtora de um saber pronto e acabado, normalmente ditado pelo mercado de trabalho: a prática do estágio deve trocar saberes com o mundo do trabalho renovando o ensino e a pesquisa. Nesta perspectiva, é importante que a gestão dos estágios, em cada câmpus, crie uma cultura de maior aproximação dos servidores na efetiva orientação dos estágios, pois as dificuldades encontradas pelos estudantes, no campo de estágio, devem ser fonte de problematização do currículo.

Levando em conta, ainda, a formação para a vida cidadã, deve-se combater a concessão de estágios que visam à exploração de mão de obra, sem compromisso pedagógico com a instituição e com o estudante, fato que ainda é realidade no mercado de trabalho. Para além dos estágios, existem muitas outras experiências que devem ser consideradas como inserção profissional no projeto pedagógico dos cursos e da instituição, especialmente a pesquisa aplicada, extensão tecnológica e demais ações de intervenção de estudantes e

servidores no mundo do trabalho a partir de projetos de extensão. Ainda, se faz necessária a reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos nos vários níveis e modalidades, com vistas a inclusão das atividades de extensão, bem como de pesquisa, nos currículos dos cursos, inclusive com aproveitamento de carga-horária (mínimo de 10% para extensão).

Conforme a lei de sua criação, uma das finalidades dos Institutos Federais é orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. Portanto, é papel da Extensão induzir políticas de aproximação e interação com o mundo do trabalho do entorno de cada câmpus e reitoria. As visitas gerenciais e visitas técnicas são práticas instituídas no Instituto Federal Sul-rio-grandense, já há alguns anos, e recomendada pelo Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - FORPROEXT. Neste momento, em que cada câmpus deve articular-se com seu entorno, cabe reorientar cada vez mais as visitas gerenciais e visitas técnicas para que se voltem aos arranjos produtivos localizados nas regiões de abrangência da instituição.

Ampliando o espectro de atuação do Instituto Federal Sul-rio-grandense na temática do trabalho, é imprescindível que a Extensão esteja articulada com formas alternativas de organização do trabalho, em especial a Economia Solidária. A partir da implantação do programa político-econômico neoliberal no Brasil, com a precarização das relações de trabalho, o fechamento de fábricas e o consequente desemprego, floresceram no país as iniciativas como grupos asso-

ciativos comunitários, cooperativas populares, redes de produção e de comercialização, feiras de cooperativismo: a Economia Solidária. Atualmente, estima-se que no Brasil 1 milhão e 250 mil pessoas gerem sua renda a partir de empreendimentos de Economia Solidária. A Extensão, em nível nacional, tanto nas Universidades como na rede de Institutos Federais, tem se articulado com as políticas públicas para a Economia Solidária. A Pró-reitoria de Extensão e Cultura do IFSul tem como perspectiva para os anos que se seguem, dentro deste plano de desenvolvimento, fomentar ações de fortalecimento de associações, de cooperativas populares, de empresas autogestionárias, de grupos de produção e de clubes de trocas solidários e autogestionários no entorno dos câmpus e da reitoria, bem como de integração de alunos e de servidores aos fóruns de discussão política de Economia Solidária.

Nesse sentido, ao ser agência mobilizadora, organizadora e executora de programas governamentais, a PROEX busca orientar a oferta de cursos de extensão e de Formação Inicial e Continuada – FIC para a consolidação de políticas emancipatórias, atuando na homologação de Projetos Pedagógicos de Cursos e buscando relações com movimentos sociais, instituições públicas e privadas e com entidades da sociedade civil, visando a articulação desta oferta de cursos às demandas econômicas, políticas e sociais da proposta de transformação social que orienta o IFSul.

3.6.3 Extensão e cultura

Desenvolver políticas de cultura dentro da instituição que busquem contemplar a perspectiva que norteia as políticas públicas, as quais

se articulam por meio de uma concepção de cultura através de três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica.

A dimensão cidadã da cultura é garantida pela Constituição Federal, que determina que a cultura é um direito social, como a educação, saúde, trabalho, moradia e lazer. De acordo com as metas do Plano Nacional de Cultura²²,

os direitos culturais devem ser garantidos com políticas que ampliem o acesso aos meios de produção, difusão e fruição dos bens e serviços de cultura. Também devem ser ampliados os mecanismos de participação social, formação, relação da cultura com a educação e promoção da livre expressão e salvaguarda do patrimônio e da memória cultural. (BRASIL, 2012, p.19)

O aspecto da cultura na dimensão simbólica parte do entendimento de que os seres humanos têm capacidade de criar símbolos. Tais símbolos se expressam em práticas culturais diversas, como nos idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas, nas linguagens artísticas. A perspectiva dessa dimensão de cultura “está relacionada às necessidades e ao bem-estar do homem enquanto ser individual e coletivo”. (BRASIL, 2012, p.18)

O aspecto da cultura na dimensão econômica aborda a sua importância na possibilidade de gerar emprego e renda, através da formação de cadeias produtivas que se relacionam às expressões

22. BRASIL. Ministério da Cultura. As metas do plano Nacional de cultura. Apresentação de Ana de Hollanda e Sergio Mamberti. – São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012. 216p.;il.

culturais e à economia criativa. “É por meio dessa dimensão que também se pode pensar o lugar da cultura no novo cenário de desenvolvimento econômico socialmente justo e sustentável.” (BRASIL, 2012, p.20)

3.7 RELAÇÕES ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O processo educativo fundamenta-se em três pilares básicos: Ensino, Pesquisa e Extensão, como dimensões formativas, emancipadoras, indissociáveis e sem hierarquização, que estabelecem uma relação dinâmica e potencializadora, gerando um modelo pedagógico que busca contextualizar a formação humano-científico-tecnológica.

No Instituto Federal Sul-rio-grandense esses mecanismos estão orientados e dimensionados para proporcionarem o exercício da cidadania, em tempo e lugares diversos. Ampliar os horizontes das pessoas, com o objetivo de estreitar as diferenças advindas das exclusões sociais e estimular um modelo pedagógico que enseje a participação crescente e integradora dos diferentes segmentos da sociedade e, portanto, pauta-se na perspectiva da transformação social.

Na dimensão de interação com a sociedade, o ensino, a pesquisa e a extensão buscam superar limites entre suas respectivas áreas de ações, com vistas a alcançar a tão defendida indissociabilidade. Dessa forma, apostamos em ações que naveguem nas três dimensões educacionais que tão importantes são para a formação integral/omnilateral dos membros da comunidade acadêmica do IFSul.

Tal atuação ainda permite a transformação da própria instituição, na medida em que possibilita a aquisição de conhecimentos nas práticas educacionais, extensionistas e de pesquisa junto à sociedade na sua diversidade.

Em síntese, o princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão proposto pretende estruturar o Instituto Federal Sul-rio-grandense como uma instituição formadora de profissionais capazes de atender aos desafios da ciência e do desenvolvimento local e regional, sempre na busca da justiça social.

3.8 PARTICIPAÇÃO DISCENTE NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

É assegurada a participação dos discentes no Conselho Superior, nos Colegiados dos Cursos Superiores e na Comissão Própria de Avaliação. O número de discentes em cada órgão e o detalhamento do processo de escolha dos estudantes pelos seus pares estão definidos no Estatuto da Instituição, nos regulamentos de cada Colegiado e da Comissão Própria de Avaliação. Pelo Estatuto do IFSul, podem candidatar-se às vagas no Conselho Superior todos os alunos regularmente matriculados na educação formal.